

O “eu” e o “outro” nas práticas de política externa. Como resistir à produção da outricidade nos processos de Construção de conhecimento nas relações internacionais? .

Erica Simone Almeida Resende.

Cita:

Erica Simone Almeida Resende (2009). *O “eu” e o “outro” nas práticas de política externa. Como resistir à produção da outricidade nos processos de Construção de conhecimento nas relações internacionais?.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/464>

O “eu” e o “outro” nas práticas de política externa

Como resistir à produção da outricidade nos processos de Construção de conhecimento nas relações internacionais? ¹

Erica Simone Almeida Resende

Departamento de Ciência Política
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil
esa@infolink.com.br

*Choisir le dialogue, cela veut dire aussi
éviter les deux extrêmes que sont le
monologue et la guerre.*
Tzvetan Todorov

Na última década e meia, a área de Relações Internacionais vem experimentando um renovado interesse em temas ligados à identidade as práticas de construção de identidade. Diversos internacionalistas sugerem que essa tendência pode ser atribuída ao fato da própria área ter sido jogada na incerteza desde o reconhecimento de que suas teorias dominantes, que haviam entrado em síntese no chamado “Debate Neo-Neo” da década de 1980, falharam na execução do projeto que havia motivado sua própria fundação: prever e administrar os rumos da política internacional no contexto da Guerra Fria. Sobretudo a partir da queda do muro de Berlim e do desmantelamento da União Soviética, se tornou possível perceber a articulação e crescimento de um conjunto de críticas que, tomadas como um todo, pareciam sinalizar o

¹ Estudo viabilizado com o apoio do CNPq – Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil. O “EU” E O “OUTRO” NAS PRÁTICAS DE POLÍTICA EXTERNA: COMO RESISTIR À RODUÇÃO DA OUTRICIDADE NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

reconhecimento, talvez implícito, de que a área das Relações Internacionais, se não estava em crise, pelo menos vivia tempos de crise.

Tal crise começou a ser sentida na dificuldade que teorias, conceitos e modelos tradicionais demonstravam ter na compreensão de realidades que se mostravam refratárias àquelas mesmas teorias, conceitos e modelos. Como bem perceberam Der Derian e Shapiro (1989:x), como podia a área compreender novas realidades em que as unidades fundacionais tradicionais do conhecimento da área – como o sujeito autônomo, o Estado soberano e a teoria unificada – eram diária e repetidamente desafiadas pela compressão espaço-tempo decorrente da globalização, pelas novas tecnologias da informação, pela virtualidade das relações sociais, pela fragmentação da unidade do conhecimento, pela pulverização dos pólos de poder, pelo desterritorialização de atores, e pela substituição da realidade pela representação e a simulação?

Sob a sombra do que Ashley e Walker (1990) chamaram de “espectro do dissidente”, abriu-se caminho para a crítica das teorias dominantes nas Relações Internacionais, o que possibilitou um maior diálogo de internacionalistas com outras áreas.

A gradual penetração da Teoria Social, da Lingüística e da Teoria Literária alimentou os esforços de “se passar a limpo” os fundamentos epistemológicos, metodológicos e ontológicos das Relações Internacionais. Nesse contexto, e talvez para destacar a crescente dissidência nas Relações Internacionais, Lapid (1989) cunha o termo “Terceiro Debate”² para descrever o movimento de internacionalistas que se propuseram a refletir sobre a produção de conhecimento na área.

Tendo em comum o compromisso com o pensamento crítico, a recondução da ética à disciplina, além de constante preocupação com o rompimento das relações de dominação que sufocam e impedem uma verdadeira emancipação humana, internacionalistas críticos procuram trazer à tona as implicações políticas do projeto Iluminista da modernidade, buscando, sobretudo, denunciar sua natureza autoritária, segregacionista e excludente. Sua crítica tenta revelar o alto preço embutido no discurso benevolente da modernidade: a unificação do conhecimento, a concepção progressiva e linear da história, a implementação de práticas de disciplinarização dos indivíduos, a naturalização do Estado como forma privilegiada de organização política, a disseminação de ideologias dominantes por sua “despolitização”, o adestramento do Imaginário e a exclusão e silenciamento das margens.

Especificamente nas Relações Internacionais, o tema da identidade é introduzido no debate a partir da rejeição da noção de que política externa seja meramente a reação de um Estado, aqui considerado como entidade preexistente dotada de identidades e interesses fixos, aos ditames de um mundo de existência independente que lhe é hostil. Em outras palavras, observa-se a rejeição da idéia tradicional de política externa como construtora de pontes entre entidades pré-existentes (MESSARI, 2001:227).

Sintetizando as críticas formuladas por esses internacionalistas³, explica Hansen (2006:xvi) como a política externa passou a ser concebida como prática discursiva fundamental nos processos de coconstituição entre Estado e identidade:

² Rejeitando as metanarrativas dos debates, Nogueira e Messari (2005:14) entendem que o “Terceiro Debate” deve ser entendido como uma “sequência de movimentos de questionamento e crítica às teorias estabelecidas na área, com o intuito de abrir o campo para novas perspectivas”. Nesse sentido, aquele marco se destina mais a sinalizar a crise de hegemonia do neorealismo do que fundar uma corrente teórica autônoma.

³ Como exemplos, citamos Ashley (1984), Campbell (1990, 1998a, 1998b), Hansen (2006), Messari (2001), Nabers (2008, 2009), Neumann (1996a, 1996b), Shapiro (1988), Walker (1990, 1993), Weber (1998).

As políticas externas são legitimadas como necessárias, em termos de interesses nacionais, ou da defesa de direitos humanos, através de referências a identidades. No entanto, as identidades são simultaneamente constituídas e reproduzidas através de formulações de política externa. As políticas exigem identidades, porém as identidades não existem como narrativas objetivas sobre indivíduos e lugares como “eles realmente são”, mas sim como sujeitos e objetos continuamente reafirmados, negociados e refeitos.

Assim, rejeitando uma relação de causalidade e de materialidade entre identidade e política externa, passamos a conceber identidade e política externa como práticas de natureza essencialmente discursiva, relacional, política e social. É discursiva porque não se pode conceber objetos fora do campo discursivo, fora da linguagem; é relacional porque somente se admite falar de um “Eu” na presença de um “Outro” (como Ocidental em oposição ao Oriental); é política porque os discursos que tentam estabilizar significados competem para se tornar dominantes e assim impor suas respectivas unidades de pensamento único; e é social porque é articulada por meio de códigos culturais coletivamente articulados e propagados no campo social.

Essa concepção é formulada por Campbell (1990, 1998a, 1998b), que entende política externa como prática central à constituição, produção e manutenção da identidade e do próprio Estado. A política externa, nesse sentido, se revela uma prática política de construção de fronteiras ao produzir discursivamente diferenças com base em dicotomias do tipo “dentro/fora”, “amigo/inimigo” e “Eu/Outro” sustentadas por marcadores identitários (MANSBACH; RHODES, 2007) de conteúdo ideológico específico. A função dos marcadores é estabelecer o horizonte do “Eu” em relação ao “Outro”: o que pode ser incluído e o que deve ser excluído. Em outras palavras, a política externa converte diferença em Outricidade ao criar e naturalizar a constituição de um “Eu” privilegiado.

Em um mundo cada vez mais assimétrico, fragmentado, contraditório, descontínuo, fluido, poroso e híbrido, no qual as premissas do projeto da modernidade sofrem cada vez mais contestações, os internacionalistas críticos se dispõem a repensar a identidade. Eles buscam pensá-la a partir de outras abordagens de forma a enfatizar dimensões até então ignoradas pelas teorias dominantes: as contingências, o caráter não-determinístico, fragmentado e descontínuo dos processos, as dinâmicas de coconstituição e transformação das estruturas e agentes, a multidimensionalidade de processos e fluxos, e as implicações não-integradoras e autoritárias dos discursos de identidades. No âmbito desse debate, o tema da identidade é conduzido ao centro do palco das Relações Internacionais: a relação coconstitutiva entre identidade e política externa, o papel dos discursos e da ideologia na construção social da realidade, a natureza da relação “Eu”/“Outro”, o lugar da identidade, diferença e Outricidade nas práticas políticas etc.

Em especial, dá-se atenção às formas como a política externa depende de representações de identidade e esta somente se torna possível por meio da formulação de política externa. Elas estão, assim, ontologicamente ligadas: somente através da implementação da política externa – ou “performance”, em termo proposto por Butler (1990) – é que a identidade ganha vida. Ao mesmo tempo, essa mesma identidade é construída de forma a legitimar e naturalizar políticas (SHAPIRO, 1988; CAMPBELL, 1998a; WEBER, 1998). Nas palavras de Hansen (2006:21), as identidades são “articuladas como sendo a razão para a implementação das políticas, mas elas também são (re)produzidas por esses mesmos discursos políticos: elas são simultaneamente fundamento e produto (discursivo)”.

Para Campbell (1998a:1), a relação entre identidade e política externa resulta da própria noção de segurança, pois que “o perigo não é uma condição objetiva” e sim “um efeito de interpretação” (CAMPBELL, 1998a:2). Se nem todos os riscos são iguais, e nem todos os riscos são interpretados como perigo, argumenta ele, é preciso então dar conta do papel da subjetividade na articulação do perigo⁴. Daí a importância da linguagem⁵ para a produção, articulação e reprodução de significados e representações de forma a possibilitar a disseminação e legitimação de discursos de perigo que constroem reflexivamente ameaças, (re)produzem identidades coletivas e, sobretudo, privilegiam o Estado como único espaço e ente capaz de gerar segurança e sentimento de pertencimento coletivo.

Conforme observa Neumann (1996a:141), a influência da concepção da dialética hegeliana do “Eu”/“Outro” nos processos de construção da identidade – característica tão peculiar do discurso da modernidade – fez do tema da Outricidade o cerne da filosofia ocidental moderna. Citando Rodolphe Gasché, para quem a “essência da filosofia ocidental é a tentativa de domesticar a Outricidade” (apud NEUMANN, 1996a:141), Neumann resgata o pensamento de Emmanuel Levinas para denunciar a abordagem ontológica do “Eu” como autoritária, violenta e excludente: se “o ‘Outro’ é aquilo que ‘Eu’ não sou”, ele perturba a ordem pelo mero fato de existir (NEUMANN, 1996a: 151).

Como corretamente observou Nabers (2008, 2009), o processo de (re)construção de identidade somente se torna possível com a articulação e consolidação de um discurso capaz de aglutinar os múltiplos e variados elementos dispersos no campo social em torno de uma única cadeia de equivalências que se constitui na oposição ao que está de fora do campo social. Em outras palavras, a construção do “Outro” como força antagonista assegura e legitima o significado da identidade com base em estratégias de disseminação de medo e ansiedade quanto ao “Outro” inimigo. Aqui lembramos Schmitt (1972), para quem a oposição entre amigo e inimigo constitui justamente a essência da política; razão pela qual, entendemos, o discurso constrói sua verdade em oposição à verdade de seu inimigo.

Partindo da crítica às teorias tradicionais que insistem em buscar um “ponto arquimediano” sobre o qual ancorar a subjetividade⁶, Connolly (1991) entende que sua existência seria produto de crença e não uma certeza demonstrável sobre a “derradeira resposta ao problema da existência” (1991:71). Nesse sentido, ele faz um alerta para os perigos da exclusão na evocação de fundações últimas como fonte de legitimação de autoridade política. Em seguida, recorrendo ao ceticismo de Nietzsche quanto à possibilidade da certeza na teoria política e social, Connolly destaca a natureza relacional da identidade ao defini-la na relação entre duas ou mais entidades de forma a expressar igualdade, unidade e uniformidade em oposição àquilo que não é igual. Assim, Connolly concebe identidade em termos de “identidade/diferença”:

⁴ Não é necessário, portanto, existir uma situação ou evento objetivo que justifique a interpretação de ameaça. A mera existência de modos alternativos de significação que possam sugerir que outras e diferentes identidades são possíveis, e não apenas aquela que reclama para si o status de única e verdadeira, já é capaz de produzir uma interpretação de ameaça à identidade dominante.

⁵ Na tradição saussuriana, entendemos linguagem como sistema de sinais altamente estruturado, porém inerentemente instável devido à ausência de correspondência natural entre significantes e significados. Por essa razão, os discursos competem entre si para estabilizar determinados pontos privilegiados da articulação discursiva dos diferentes elementos linguísticos. Será na esfera pública da sociedade civil que discursos concorrentes se enfrentarão para se tornarem dominantes. No entanto, posto que a estabilidade absoluta é impossível, os discursos são inerentemente instáveis, portanto sujeitos a contestações.

⁶ Connolly caracteriza tais abordagens como “ontoteológicas”.

Uma identidade é estabelecida em relação a uma série de diferenças que tenham se tornado socialmente reconhecidas. Essas diferenças são essenciais à sua própria existência. Se elas não coexistissem como diferenças, ela [a identidade] não existiria em sua distinção e solidez. Inserida nessa relação indispensável encontra-se um segundo conjunto de tendências, que também merecem atenção, que procuram consolidar identidades em normas fixas, pensadas e vividas como se sua estrutura expressasse a verdadeira ordem das coisas. Quando essas pressões prevalecem, a manutenção de uma identidade (ou campos de identidade) requer a conversão de algumas diferenças no Outro, no mal, ou em um de seus substitutos. Identidade requer diferença para que possa existir, e a converte em Outro a fim de assegurar sua própria certeza. Identidade, portanto, é uma experiência escorregadia, insegura; dependente de sua habilidade em definir a diferença, e vulnerável à tendência de entidades cujas definições tenha escolhido resistir, derrubar, ou subverter. As identidades encontram-se em uma relação complexa e política no que tange as diferenças que busca corrigir (CONNOLLY, 1991:64)

Da descrição acima, claramente inspirada na crítica derridariana ao logocentrismo do pensamento ocidental, extraímos a ideia de identidade como fruto de uma relação contínua de produção de Outricidade: a identidade que procura se fixar, se inscrever como única e verdadeira, imprimindo a tudo aquilo que lhe é diferente a marca de estranho, mau, irracional, anormal, doente, primitivo, louco e perigoso, enquanto reclama para si as características de bom, coerente, completo, racional, são, civilizado, pacífico, natural e verdadeiro. “Essa constelação de ‘Outros’ se torna simultaneamente essencial à verdade da identidade forte e uma ameaça”, observa Connolly (1991:66).

Connolly destaca também como, por ser produto de Outricidade, a identidade somente se torna possível com poder. Por ser uma construção social, ela não é dada nem natural. Pelo contrário. A identidade é sempre contingente, precária e instável. No entanto, ao converter diferença em Outricidade, as práticas de formação de identidade a representam como algo natural e estável, se auto-atribuindo o status de legítima e verdadeira simultaneamente em que reprime outras identidades pela força.

Reconhecendo que vivemos um período distinto, Connolly vê a sociedade atravessada por uma rede intensa de poderes e categorias para disciplinarização e imposição da conformidade, fazendo com que os indivíduos se sintam pressionados. Em tal situação, o “Eu” se sente acuado e passa a experimentar “incerteza, contingência e fragilidade acerca do status, poder e oportunidades que lhe são outorgados” (CONNOLLY, 1991:22). Essa sensação de incerteza e ansiedade, potencializada e exacerbada na modernidade tardia, gera um ressentimento generalizado que se expressa por uma hostilidade direcionada em relação ao “Outro” e pela tentativa de se autoreconhecer como identidade única, verdadeira, autêntica, segura e real, e, portanto, livre da incerteza. Aqui reside justamente o paradoxo da “identidade/diferença” apontado por Connolly: a construção do “Outro” é simultaneamente a condição de existência do “Eu” e sua própria ameaça. Um não existe sem o outro e a extinção de um implica a morte do outro.

A partir desse paradoxo, Connolly problematiza o Estado, por ele identificado como local privilegiado para a produção da Outricidade, considerando que seria justamente em seu interior que se encontraria “a mais fundamental linha divisória entre o interno e o externo, nós e eles, doméstico e estrangeiro, a esfera de direitos do cidadão e das reações estratégicas” (CONNOLLY, 1991:201). Por meio de práticas de marginalização, exclusão e disciplinarização do “Outro”, além de apaziguamento e recompensa do “Eu”, o Estado canaliza o ressentimento direcionado ao “Outro” a fim de estabilizar e legitimar o “Eu”.

Segundo ele, a modernidade tardia impossibilita o projeto de Estado como entidade autosuficiente e com controle sobre seu próprio destino. “Nenhum Estado pode ser inclusivo o suficiente de forma a dominar o ambiente que o condiciona; mas o ideal do Estado democrático moderno, como derradeira agência de liberdade coletiva, se sustenta justamente nessa presunção”, explica Connolly (1991:24). No entanto, a vontade de fechar essa lacuna transformou os Estados em instrumentos de internalização e internacionalização de contingências. Com a crescente generalização e intensificação de ressentimentos, novos alvos são selecionados para a satanização de forma a aliviar pressões e ansiedades internas.

O fato é que, conforme diagnóstico de Stuart Hall (2000), apesar do reconhecimento de que a identidade é uma articulação temporária ao invés da expressão de um “Eu” interior, persiste ainda a prática de explorá-la para a produção do sentimento de unidade, coesão e homogeneidade da coletividade política. Ao indagar “Quem precisa de identidade?”, Hall propõe como o discurso da identidade possui um outro objetivo: a imposição e regulação de uma ordem social específica. Com efeito, se não for esse o caso, como então explicar as práticas de “globalização de contingências” apontadas por Connolly (1991), que buscam tranquilizar e estabilizar identidades internas? Ou a necessidade dos Estados preservarem suas posições privilegiadas por meio das “práticas heróicas” identificadas por Ashley (1984)?

O reconhecimento de que vivemos um momento especial, cuja denominação ainda é disputada⁷, possui importantes implicações tanto para a política quanto para a produção do conhecimento. Nesse sentido, privilegiar a natureza instável das identidades nos permite refletir criticamente a fim de buscar a transformação das relações sociais e a emancipação do “Eu”⁸. Assim como Connolly, Campbell (1998a), Messari (2001) e Todorov (1992), entendemos ser possível lidar com a diferença sem convertê-la em Outricidade. Para tanto, ela deve ser compreendida em toda sua complexidade e riqueza, e de forma celebratória e não denegatória. Tal meta requer nos reconhecer no diferente sem transformá-lo no “Outro”, enxergando-o como sujeito válido e digno, merecedor de respeito e tolerância. O desafio, portanto, reside em escapar das armadilhas de uma linguagem construída disseminada com base em um único ponto de vista: o do interesse das grandes potências.

As considerações acima nos levam a procurar o lugar da relação “Eu”/“Outro” nas Relações Internacionais e assim refletir sobre as implicações políticas da produção de conhecimento com base em tais dicotomias, tão características da linguagem do projeto da modernidade. De certa forma, desejamos responder à indagação feita por Edward Said (1978): “É possível dividir seres humanos em determinados tipos e não sofrer as consequências de tal prática?” Especificamente em nossa área de conhecimento, quais as implicações de teorias que parecem estar mais comprometidas em explicar a realidade internacional do que compreendê-la? Lembrando a oportuna observação de Smith (2001: 13, 17) sobre a cumplicidade das Relações Internacionais com o Onze de Setembro:

O problema é que a área de Relações Internacionais, ao definir seus temas centrais, excluiu as formas mais visíveis de violência da política mundial em favor de um subconjunto relativamente pequeno [de violência] que, em última análise, se sustenta na separação prévia entre o que está fora e o

⁷ Como exemplos, citamos “modernidade tardia” (CONNOLLY, 1991), “capitalismo tardio” (JAMESON, 1984), “modernidade líquida” (BAUMAN, 2004), “pós-modernidade” (LYOTARD, 1984), “sociedade de redes” (CASTELLS, 1996), “alta modernidade” (GIDDENS; 1990, 1991). Para uma visão geral sobre a evolução deste debate, ver Jencks (1986) e Anderson (1998).

⁸ Não causa surpresa, portanto, o viés quase celebratório adotado por determinados autores na contestação de discursos dominantes e na proposição de revisões de narrativas e de representações de identidades.

que está dentro do Estado, entre política e economia, entre público e privado, entre o “natural” e o “social”, entre o feminino e o masculino, entre a moral e a prática, entre causa e efeito. ... Como tal, a área ajudou a dar luz ao mundo do Onze de Setembro ao se concentrar em noções específicas e parciais de violência e desigualdade; ao tomar como objeto de referência o Estado ao invés do indivíduo; ao agrupar diferença e identidade sob a uniformidade.

Uma vez reconhecida a necessidade em dar atenção às questões de subjetividade nas Relações Internacionais, além da urgência em procurar compreender e não apenas explicar os fenômenos do meio internacional, surge o desafio de como fazê-lo. Entendemos que o ponto de partida para romper o ciclo de dominação, retaliação e exclusão reside na problematização dos processos de produção de conhecimento na área, explorando possíveis alternativas para a suspensão do julgamento na teorização sobre a realidade internacional. Internacionalistas, teóricos e analistas de relações internacionais em geral devem buscar suspender julgamento a fim de buscar outras estratégias e meios de se conceber o “Eu” e o “Outro” fora de práticas de exclusão e marginalização do diferente.

No entanto, que fique claro que suspender julgamento não se confunde com adiar ou evitar o posicionamento ético. Pelo contrário. Trata-se de um modo trans-subjetivo e multidimensional de reflexão e imaginação que nos impede de cair nas tradicionais armadilhas do projeto da ciência moderna. Em outras palavras, trata-se de deixar de ancorar identidades em um ponto arquimediano à exclusão de outro, e de reconfigurar significados, representações, espaços, relações e estruturas de forma a cultivar concepções alternativas ao “Eu” e ao “Outro”. Sobretudo, trata-se de construir uma concepção do “Nós” em que tanto o “Eu” quanto o “Outro” possam se enxergar e assim redirecionar vozes, rostos, ações e sinergias para a transformação das relações sociais.

Entendemos que esse projeto de construção do “Nós” requer, necessariamente, problematizar a linguagem da ciência moderna com a qual pretendemos conhecer o mundo, mas que acaba nos fazendo refém de dicotomias excludentes nascidas do medo, ignorância, ganância e dominação. Lembremos que as palavras não são meros instrumentos de descrição e representação da realidade, e sim seus principais construtores. Se linguagem e sociedade estão intrinsecamente conectadas, visto que ambas são coconstituidoras do mundo e de si mesmas, é preciso repensar o vocabulário e as narrativas acadêmicas.

Bleiker (2000) dá o primeiro passo nesta direção ao destacar como um evento relativamente recente, porém de enorme impacto, nas relações internacionais admitia uma variedade de vocabulários distintos na sua representação. Fazendo referência à queda do Muro de Berlim, Bleiker (2000:2) observa:

Os eventos turbulentos de 1989 podem, por exemplo, serem entendidos através do vocabulário da alta política, que envolve as relações ente as grandes potências e as negociações diplomáticas; ou dos Estudos Estratégicos, que prioriza capacidades militares, repressão estatal e relações de força coerciva; ou da Economia Política Internacional, que enfatiza os mercados e o impacto na estabilidade política; ou dos Estudos de Paz, que se concentra no dissenso popular e sua capacidade de desenraizar sistemas de dominação; ou da Teoria Feminista, que ilumina as dimensões de gênero do muro em ruínas; ou dos homens e mulheres da rua, que simbolizam as frustrações da vida em uma sociedade sufocante; ou através de qualquer tipo de vocabulário que expresse as dimensões subjetivas da interpretação. Em cada caso, entretanto, o vocabulário empregado incorpora e objetifica uma visão de mundo específica e discursivamente reproduzida que é inerentemente política, apesar de apresentar

seus pontos de vista, muitas vezes de forma convincente, como representações imparciais da realidade. Nesse sentido, Bleiker entende que a promoção de uma ordem mundial mais justa, igualitária e pacífica exige repensar a própria linguagem das Relações Internacionais, posto que esta, ao distinguir o seguro do ameaçador, o racional do irracional, o possível do impossível, o legítimo do ilegítimo, se transformou em uma verdadeira prática social de normalização de categorias de senso comum. Não se trata de um problema de tradução per se, mas de problematizar representações que tornaram invisíveis à própria área um oceano de indivíduos, valores, fatos, relações e estruturas. Fazê-los visíveis à teóricos e analistas de Relações Internacionais implica reconhecer e legitimar uma multiplicidade de realidades até então impedidas de dialogar como o “Eu”. Como estratégia para dar visibilidade aos hoje invisíveis, Bleiker propõe a prática da poesia ativista, que entendemos que deva ser ampliada para a arte ativista⁹.

Segundo Bleiker, a poesia seria adequada à reflexão da política mundial porque ela reconhece que a forma estética não admite separação da substância política, sendo, portanto, capaz de engajar simultaneamente linguagem e realidade sociopolítica de forma a comunicar experiências sem privilegiar uma subjetividade. “Para que um poema tenha valor tanto poético quanto político, ele deve transgredir, como enfatizado por James Scully, ‘os limites entre o privado e o público, o ‘Eu’ e o ‘Outro’”, explica Bleiker. Em seguida, ele cita Pablo Neruda, para quem a poesia engajada deve não apenas falar de amor e beleza, como também expressar “uma profunda preocupação com a justiça social e a impureza da condição humana”.

A linguagem poética, por ser refratária à manipulação ideológica e à formação do mito (BARTHÉS, 1972), fala para todos, ficando, portanto, descolada de um único posicionamento privilegiado sobre a realidade. Ela permite a inclusão de múltiplos pontos de vista e de múltiplas subjetividades justamente porque não coloca limites à interpretação nem se fecha a leituras marginais. Em referência direta a Marcel Proust¹⁰, Bleiker entende que a linguagem poética é a única capaz de recorrer ao imaginário de forma a desafiar as imutabilidades que passaram a caracterizar a teoria e prática das relações internacionais. Ao buscar na poética a validação de concepções diversas de segurança, exploramos alternativas que não somente nos afastam das ameaças, como também nos conduzem para além do ressentimento, da desconfiança, da insegurança, da ansiedade e da perda.

Em resumo, considerando que nossas subjetividades somente se tornam possíveis mutuamente com a articulação das subjetividades dos “Outros”, devemos reconhecer nossa interdependência recíproca sem medo ou pré-julgamento, de forma a colocar a todos em diálogo, comunicação e aprendizado para nos libertar de amarras nascidas do medo. Somente então será possível experimentar o sentimento de estar “seguro no perigo”, conforme caracterização de Constantinou (2000:290), de viver ao lado do inimigo, mas em segurança, sem se render, dominar ou fazer do inimigo um amigo.

⁹ Tendo como referência a tela “As Meninas” de Diego Velázquez (1599-1660) e a obra de Rene Magritte (1898-1967), que têm em comum a recusa em fornecer um ponto de referência para o observador, Smith (2002) entende que os teóricos das Relações Internacionais teriam muito a aprender com a arte: a subversão da normalidade, a rejeição do senso comum dominante, a problematização da representação da realidade, a atenção concedida às emoções, sentimentos e anseios, e o uso do conhecido para revelar o desconhecido.

¹⁰ “*Peut-être l’immobilité des choses autour de nous leur est-elle imposée par notre certitude que ce sont elles et non pas d’autres, par l’immobilité de notre pensée en face d’elles*”. À la recherche du temps perdue.

Referências:

- ANDERSON, P. *The Origins of Postmodernity*. London: Verso, 1998.
- ASHLEY, R. "The Poverty of Neo-Realism". *International Organization*, v. 38, n. 2, p. 225-286, 1984.
- ASHLEY, R.; WALKER, R. "Introduction: Speaking the Language of Exile: Dissidence in *International Studies*". *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 259-368, 1990.
- BARTHES, R. *Mythologies*. New York: Hill and Wang, 1972.
- BAUMAN, Z. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BLEIKER, R. "Introduction". *Alternatives, Special Issue on Poetry and International Relations*, v. 25, n. 3, p. 269-286, July-Sept., 2000.
- BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism And The Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- CAMPBELL, D. "Global Inscription: How Foreign Policy Constitutes the United States". *Alternatives*, v. 15, n. 3, p. 263-286, Summer, 1990.
- CAMPBELL, D. *Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998 (a).
- CAMPBELL, D. *National Deconstruction: violence, identity, and justice in Bosnia*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1998 (b).
- CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society*. Cambridge: Blackwell, 1996.
- CONNOLLY, W.E. *Identity/Difference. Democratic Negotiations of Political Paradox*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- CONSTANTINOU, C.M. "Poetics of Security". *Alternatives*, v. 25, n. 3, p. 287-306, 2000.
- DER DERIAN, J.; SHAPIRO, M. (Ed.). *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings in World Politics*. Lexington: Lexington Books, 1989.
- GIDDENS. A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

- GIDDENS, A. *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- HANSEN, L. *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. London: Routledge, 2006.
- HALL, S. "Who needs identity?", p. 15-30. In: GAY, P.; EVANS, J.; REDMAN, P. (Eds.). *Identity: A Reader*. London: Sage, 2000.
- JAMESON, F. "Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism". *New Left Review*, v. 146, p. 53-92, July-Aug., 1984.
- JENCKS, C. *What is Postmodernism?*. New York: St. Martin's Press, 1986.
- LAPID, Y. "The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era". *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.
- LYOTARD, J.F. *The Postmodern Condition: a Report on Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
- MANSBACH, R.; RHODES, E. "The National State and Identity Politics: State Institutionalisation and "Markers" of National Identity". *Geopolitics*, v. 12, n. 3, p. 426-458, 2007.
- MESSARI, N. "Identity and Foreign Policy: The Case of Islam in U.S. Foreign Policy", p. 227-245. In: KUBALKOVA, V. (Ed.). *Foreign Policy in a Constructed World*. New York: Sharpe, 2001.
- NABERS, D. "Crisis, Hegemony and Change in International Politics – A Discourse-Theoretical Framework". In: 2nd Global International Studies Conference, Ljubljana, Eslovênia, 2008. 10
- NABERS, D. "Filling the Void of Meaning: Identity Construction in U.S. Foreign Policy After September 11, 2001". *Foreign Policy Analysis*, v. 5, n. 2, p. 191-214, 2009.
- NEUMANN, I.B. *Russia and the Idea of Europe: A Study in Identity and International Relations*. London: Routledge, 1996 (a).

- NEUMANN, I.B. “Collective Identity Formation: Self and Other in International Relations”. *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 2, p. 139-174, 1996 (b).
- NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais. Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- SAID, E. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.
- SCHMITT, C. *La notion du Politique*. Paris: Calmann-Lévi, 1972.
- SHAPIRO, M. *The Politics of Representation: Writing Practices in Biography, Photography, and Policy Analysis*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.
- SMITH, S. “Singing Our World Into Existence: International Relations Theory and September 11”. Unpublished working paper, 2001.
- TODOROV, T. *The Conquest of America: The Question of the Other*. New York: HarperPerennial, 1992.
- WALKER, R.B.J. “Security, Sovereignty, and the Challenge of World Politics”. *Alternatives*, v. 15, n. 1, p. 3-28, 1990.
- WALKER, R.B.J. *Inside/Outside: International Relations as a Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WEBER, C. “Performative States”. *Millennium*, v. 27, n. 1, p. 77-95, 1998.